

Valor Econômico, 19 de agosto de 2021

Nova regra afrouxa segurança de redes de transmissão

A Flexibilização permite elevar uso de linhas, mas deixa sistema mais exposto a blecautes

Por: Daniel Rittner e Gabriela Ruddy

Sem nenhum alarde, o governo flexibilizou critérios de segurança usados normalmente na operação do setor elétrico. Na tentativa de poupar água dos reservatórios, em meio à maior crise hídrica dos últimos 91 anos, duas grandes redes de transmissão que fazem o escoamento de energia dos subsistemas Norte e Nordeste para o Sudeste/Centro-Oeste deixaram de adotar a exigência de dupla contingência contra falhas ou interrupções.

Com isso, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) poderá aumentar a “exportação” de energia excedente para o Sudeste/Centro-Oeste, onde os reservatórios estão com apenas 23,9% da capacidade. Trata-se de um nível de armazenamento inferior, inclusive, aos 25% verificados na mesma época de 2001 - ano do racionamento. No momento, o Nordeste vive o período da chamada “safra de ventos” e tem produzido energia eólica suficiente para abastecer toda a região, com sobras.

Como regra, o ONS costuma adotar o critério de confiabilidade N-2 (lê-se “N menos dois”) nos principais troncos de transmissão do sistema. Isso significa a existência de dupla redundância contra a perda de elementos da rede (um linha

ou uma subestação). Na prática, torna-se mais difícil a ocorrência de um blecaute.

Desde o fim de julho, começou a ser testada uma mudança para o critério N-1. No dia 4 de agosto, o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) deu aval à alteração em caráter mais prolongado, pelo menos até o fim do período de estiagem e enquanto os reservatórios estiverem baixos.

Passa a haver, então, apenas contingência simples contra a perda de um elemento da rede. Ainda assim o sistema deve ser capaz de continuar operando sem interrupção do fornecimento de energia, sem atingir limites de sobrecarga nos equipamentos e instalações, sem violar padrões de tensão elétrica. No entanto, perde o duplo “escudo” contra apagões.

“Agora é necessário fazer tudo o que for possível para ampliar a capacidade de oferta, mas, na prática, com essa medida estaremos reduzindo a segurança na transmissão. Como transmitir energia em volumes elevados sem ‘pistas reservas’? Se houver uma queimada ou desligamento na linha, há risco de blecaute”, alerta o coordenador do grupo de estudos do setor elétrico (Gesel) da UFRJ, Nivalde de Castro.

A mudança contempla duas grandes redes de escoamento: a linha de transmissão Tucuruí-Xingu e o bipolo Xingu-Estreito, que liga a megasina de Belo Monte (PA) ao Sudeste. O novo critério N-1 nessas duas interligações, segundo o ONS, permitirá aumentar em 2.850 megawatts (MW) a capacidade máxima de transferência do Norte e do Nordeste ao Sudeste/Centro-Oeste.

Usando o padrão de confiabilidade N-2, o limite de transferência é de 8.750 MW atualmente, segundo o diretor de planejamento do ONS, Alexandre

Zucarato. Com a flexibilização, aumenta-se em cerca de 32% esse montante. O volume de energia adicional supera, por exemplo, o que o Brasil pode importar da Argentina e do Uruguai somados.

A expectativa, afirma o diretor, é que a região Nordeste possa “exportar” mais energia eólica e o Norte contribua mais com a produção de energia em Tucuruí. De acordo com seus cálculos, apenas desde o dia 30 de julho até terça-feira, esse ganho para o sistema foi responsável por uma economia equivalente a 0,28 ponto percentual nos reservatórios do Sudeste/Centro-Oeste.

Zucarato reconhece, entretanto, uma contrapartida: abre-se mão do reforço na segurança do sistema. “A situação que estamos enfrentando é de gravidade e com um cenário hidrológico particularmente desfavorável. Situações excepcionais demandam medidas também excepcionais”, justifica.

O Ministério de Minas e Energia, que preside o CMSE, não informou em nenhum momento que o critério N-2 estava sendo alterado para N-1. Em comunicado após reunião do comitê, no dia 4, elencou um conjunto de ações a serem tomadas e limitou-se a dizer sobre esse ponto: “Autorização para que o ONS flexibilize a operação do SIN [Sistema Interligado Nacional], para ampliar intercâmbio entre os subsistemas e para aproveitar excedentes energéticos regionais”.

Outros especialistas criticam a flexibilização dos critérios. O diretor do Instituto Ilumina, Roberto D'Araújo, lembra que o Brasil tem alto índice de ocorrência de raios em linhas de transmissão. Ele adverte que manter a flexibilização durante o período chuvoso, para encher as represas de hidrelétricas no Sudeste, pode levar a apagões.

“O papel da transmissão no Brasil é impressionante, pois ela consegue reorganizar a água nos reservatórios. Quando não é possível gerar energia em uma determinada região, é possível transmiti-la de um outro lugar e reservar a capacidade de geração onde você gostaria de preservá-la.”

Zucarato, do ONS, minimiza a vulnerabilidade do sistema com a mudança de critérios. De acordo com o diretor de planejamento, houve um estudo amplo com estatísticas sobre as perdas das duas contingências nessas linhas.

Segundo ele, verificou-se que “normalmente” as ocorrências estão relacionadas a queimadas ou a intervenções por alguma manobra, como troca de fusíveis.

Por isso, acrescenta Zucarato, não haverá flexibilização dos critérios de segurança em tempo integral. Quando o ONS receber alertas de queimadas ou avisos de intervenções pelas concessionárias, retornará a operação para o padrão N-2 até que sejam feitas inspeções.

O diretor está convencido de que é uma medida importante no atual contexto de crise. “Não tem almoço grátis. É uma análise de risco-benefício. Os ganhos superam fartamente o aumento de riscos associados [à mudança].”

Link para a matéria original:

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2021/08/19/nova-regra-afrouxa-seguranca-de-redes-de-transmissao.ghtml>

